



Demonstrações Financeiras 2021

Administradora de Bens Sicredi Ltda.

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas da
Administradora de Bens Sicredi Ltda.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Bens Sicredi Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Bens Sicredi Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora de Bens Sicredi, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora de Bens Sicredi continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora de Bens Sicredi ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora de Bens Sicredi são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora de Bens Sicredi.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora de Bens Sicredi. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora de Bens Sicredi a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de abril de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto', is written over the printed name and title.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

Administradora de Bens Sicredi Ltda.
CNPJ nº 06.946.989/0001-07

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
ATIVO	54.396	54.391	PASSIVO	1.445	1.446
Circulante	1.317	645	Circulante	808	840
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 4) 934	265	Impostos a recolher	71	78
Aluguéis a receber	(Nota 12) 326	339	Salários e contribuições a pagar	737	762
Outros valores e bens	17	3	Não circulante	637	606
Outros créditos	40	38	Tributos diferidos	(Nota 11) 637	606
Não circulante	53.079	53.746	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.951	52.945
Propriedades para investimentos	(Nota 6) 51.064	51.355	Capital social	(Nota 8a) 49.286	49.286
Imobilizado	(Nota 5) 2.007	2.380	Reserva de lucros	3.665	3.659
Intangível	(Nota 7) 8	11			
TOTAL DO ATIVO	54.396	54.391	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.396	54.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

Administradora de Bens Sicredi Ltda.
CNPJ nº 06.946.989/0001-07

Descrição das contas	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.890	4.041
Receita operacional líquida (Nota 9)	3.890	4.041
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.868)	(4.018)
Despesas com depreciação e amortização (Notas 5, 6 e 7)	(2.818)	(2.689)
Despesas administrativas (Nota 10)	(180)	(517)
Despesas com pessoal	(883)	(818)
Outras receitas e despesas operacionais	13	6
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	22	23
RESULTADO FINANCEIRO	15	6
Receitas financeiras (Nota 12)	15	6
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	37	29
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11)	(31)	(18)
Diferido	(31)	(18)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Nota 8b)	6	11
Quantidade de quotas no final do exercício (Nota 8a)	49.285.874	49.285.874
Lucro por lote de mil quotas do capital social - R\$	0,12	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de reais)

Administradora de Bens Sicredi Ltda.
CNPJ nº 06.946.989/0001-07

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	6	11
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	6	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Administradora de Bens Sicredi Ltda.
CNPJ nº 06.946.989/0001-07

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	49.286	3.648	-	52.934
Lucro líquido do exercício	-	-	11	11
Destinação do lucro do exercício:				-
Reserva de retenção de lucros	-	11	(11)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	49.286	3.659	-	52.945
Lucro líquido do exercício	-	-	6	6
Destinação do lucro do exercício:				-
Reserva de retenção de lucros (Nota 8b)	-	6	(6)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	49.286	3.665	-	52.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

Administradora de Bens Sicredi Ltda.
CNPJ nº 06.946.989/0001-07

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	37	29
Ajustes ao lucro líquido do exercício antes dos impostos		
Baixa de imobilizado	(7)	-
Baixa de propriedades para investimentos	3	-
Depreciações do imobilizado	560	578
Depreciações de propriedades para investimentos	2.255	2.108
Amortizações do intangível	3	3
Lucro líquido ajustado do exercício	2.851	2.718
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(4)	707
Redução em aluguéis a receber	13	1
(Aumento) em outros valores e bens	(14)	(1)
(Aumento) redução em outros créditos	(2)	315
(Redução) em impostos a recolher	(7)	(1)
Aumento (redução) em salários e contribuições a pagar	(25)	375
Aumento em tributos diferidos	31	18
Caixa líquido proveniente das operações	2.847	3.425
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31)	(18)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.816	3.407
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ganho na alienação de imobilizado	19	-
Aquisição de imobilizado de uso	(48)	(191)
Aquisição de propriedade para investimento	(2.117)	(3.487)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.147)	(3.678)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	669	(271)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	265	536
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	934	265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Administradora de Bens Sicredi Ltda. ("Empresa" ou "Administradora"), controlada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco"), empresa privada de capital nacional situada em Porto Alegre/RS na Avenida Assis Brasil, 3.940 – 9º andar, foi constituída em 1º de julho de 2004, com início de suas atividades em abril de 2005, tem por objeto social e atividade preponderante a administração e a locação de imóveis próprios.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sistema Cooperativo Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Enfrentamento da pandemia

Em 2021, seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. A Administradora de Bens Sicredi se manteve ativa, suportando a operação das demais Empresas do Centro Administrativo, que atuaram com todos os cuidados para evitar a propagação da doença.

Com base no nosso modelo de atuação e visando uma adequação à nova realidade de mercado, implantamos dois novos modelos de trabalho, sendo híbrido com presença física em nosso Centro Administrativo apenas duas vezes por semana, e remoto, possibilitando home office para profissionais das áreas de tecnologia. Desta forma, para mantermos o cuidado e a atenção com nossos colaboradores, o que sempre foi uma premissa, em setembro, realizamos a primeira onda de retorno dos colaboradores ao trabalho híbrido no Centro Administrativo Sicredi. O movimento foi realizado com apoio de pesquisa periódica com os funcionários, obedecendo critérios como: estar com a vacinação completa há mais de 15 dias, não pertencer e não residir com pessoas do grupo de risco, e não depender de transporte público. Ainda assim, a grande maioria dos colaboradores do CAS, seguiram atuando, no modelo de trabalho remoto, desempenhando suas funções em suas casas, primando pela segurança e integridade da saúde de todos.

O retorno desses grupos controlados de colaboradores foi realizado obedecendo todos os protocolos de segurança recomendados. Os ambientes foram preparados com disponibilidade de produtos e ferramentas para higienização e distanciamento, assim como o acesso às estruturas é realizado com recurso de reconhecimento fácil e medição de temperatura, sempre mediante a reserva prévia de estação de trabalho de vagas de estacionamento, garantindo controle do número de pessoas nos ambientes comuns.

Durante o exercício 2021 a empresa realizou reavaliação dos valores de locações das empresas do grupo Sicredi com o objetivo de adequar os custos de aluguéis aos movimentos do mercado imobiliário, que tem renegociado os valores praticados devido a sua retração e impactos do cenário de pandemia bem como pela prática atual de mercado e das empresas do grupo com o trabalho híbrido. Entre as principais ações que foram objeto de estudo dos impactos por parte das áreas orçamentárias e administrativas, estão: a) redução da receita Sicredi com os descontos e não reajuste em 2021; b) redução de receita com as lojas pelas isenções de alguns locatários impactados com a pandemia e c) redução das despesas administrativas e migração de alguns gastos administrativos gerais para o Condomínio. As ações citadas foram aprovadas pela Direção e implementadas ao longo das atividades operacionais da companhia no ano de 2021.

NOTA 02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, às orientações e às interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da empresa são expressas em reais, moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco Cooperativo Sicredi.

A aprovação destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Empresa em 08 de abril de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento. Todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o tomador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

Receita de aluguéis - A receita de aluguéis é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável.

Demais receitas - As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receita/despesas financeiras.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Instituição são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Instituição são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos de renda fixa e empréstimos e recebíveis.

c.2) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, mensurado ao custo amortizado e mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos financeiros da Instituição foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

d) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administradora de Bens não possuía passivos contingentes.

e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Propriedade para investimentos

Propriedades para investimentos estão representadas por imóveis da Instituição (terrenos, edificações e instalações), mantidos para obtenção de rendas de aluguéis com terceiros. São mensurados ao valor de custo e depreciadas conforme a vida útil estimada de seus ativos (5 a 48 anos).

g) Mobilizado de uso

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens conforme descrito a seguir:

	<u>Vida Útil</u>
Móveis e equipamentos de uso	5 a 10 anos
Equipamentos de comunicação	3 a 12 anos
Equipamentos processamento de dados	5 a 14 anos
Sistema de segurança	10 a 12 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Provisão para perdas na recuperação de ativos (Impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração de resultado nas categorias de despesa correlacionadas com a função do ativo afetado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não são realizáveis, desta forma, não há nestas datas, provisão para perdas na recuperação de ativos.

i) Provisões tributárias

As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social sobre o lucro (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço de ativos e passivos contábeis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

j) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (R2) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

l) Impugnações, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, as provisões para perdas com ativos, a análise com recuperação dos valores dos ativos imobilizados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis. A Instituição revisa suas estimativas e premissas anualmente.

m) Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

n) Resultado por quota

O lucro líquido por quota é calculado em reais com base na quantidade de quotas em circulação, na data dos balanços.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2021	2020
Disponibilidades	22	265
Sicredi - Fundo de Investimento Renda Fixa Líquidez Empresarial	912	-
Total circulante	934	265

O fundo de renda fixa está representado no Fundo de investimento que é: Invest Líquidez Empresarial, administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., que pode ser resgatado em qualquer tempo. As aplicações em fundos de investimento são atualizadas pelos valores das quotas informados pela Administradora dos Fundos.

As receitas financeiras no exercício, líquidas de imposto de renda retido na fonte e imposto sobre operações financeiras, foram de R\$ 15 (2020 - R\$ 6).

NOTA 05 - IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Softwares	Equipamentos de comunicação	Sistemas de segurança	Veículos	Total
Custo do imobilizado								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.849	1.467	457	77	124	382	36	6.392
Aquisições	12	14	160	-	5	-	-	191
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.861	1.481	617	77	129	382	36	6.583
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.994)	(925)	(302)	(74)	(75)	(220)	(35)	(3.625)
Depreciação	(287)	(205)	(36)	(3)	(12)	(34)	(1)	(578)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.281)	(1.130)	(338)	(77)	(87)	(254)	(36)	(4.203)
Custo do imobilizado								
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.861	1.481	617	77	129	382	36	6.583
Aquisições	16	23	9	-	-	-	-	48
Baixas	(3)	(34)	(139)	-	(19)	-	-	(193)
Transferências	150	(3)	-	-	3	-	-	150
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.026	1.467	487	77	113	382	36	6.588
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.281)	(1.130)	(338)	(77)	(87)	(254)	(36)	(4.203)
Depreciação	(286)	(187)	(43)	-	(10)	(34)	-	(560)
Baixas	-	3	129	-	13	-	-	182
Transferências	-	3	-	-	(3)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(2.566)	(1.281)	(252)	(77)	(81)	(288)	(36)	(4.581)
Valor contábil líquido								
Saldos em 31/12/2020	1.580	351	279	-	42	128	-	2.380
Saldos em 31/12/2021	1.460	186	235	-	32	94	-	2.007

NOTA 06 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

	Propriedade para Investimentos
Custo de propriedade de investimentos	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	72.833
Aquisições	2.117
Baixas	(150)
Transferências (*)	(150)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	74.650
Depreciação acumulada	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(21.478)
Depreciação	(2.255)
Baixas	147
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(23.586)
Valor contábil líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.355
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.064

(*) Trata-se de equipamentos adquiridos dentro da obra de modernização de espaços de uma das torres do complexo, que foram reclassificados para imobilizado, quando do encerramento do projeto, por se tratar de nobreaks utilizados na manutenção da operação geral do prédio. Essa transferência esta descrita também no quadro da nota explicativa 05 imobilizado.

As propriedades para investimentos referem-se aos espaços, estruturas e/ou instalações alugados para entidades integrantes do Sistema Sicredi e, também, para entidades não integrantes. Foram classificados de acordo com a metragem quadrada, sendo depreciados pela vida útil remanescente das edificações, que é de 10 a 61 anos.

O estudo de avaliação de mercado dos bens de propriedade para investimento da Administradora de Bens Sicredi é de R\$ 173.780 e foi determinado através de laudo de avaliação elaborado por especialista independente. Em 2020 o mesmo estudo de avaliação de mercado dos bens de propriedade da Administradora de Bens Sicredi foi realizado, e o valor determinado foi de R\$ 138.840.

Em 2021, a Administradora de Bens realizou diversos investimentos em adequações de suas estruturas físicas, sendo as mais representativas as obras de modernização do acesso e estruturas internas do Centro Administrativo, melhorias voltadas ao bem-estar e segurança dos colaboradores e visitantes quando do acesso aos prédios.

NOTA 07 – INTANGÍVEL

	Softwares (*)	Total
Custo do intangível		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22	22
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22	22
Amortização		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(8)	(8)
Amortização	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(11)	(11)
Custo do intangível		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22	22
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22	22
Amortização		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(11)	(11)
Amortização	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(14)	(14)
Valor contábil líquido		
Saldos em 31/12/2020	11	11
Saldos em 31/12/2021	8	8

(*) Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 49.285.874 quotas sociais de valor nominal de R\$ 1, sendo 49.276.115 quotas pertencentes ao Banco e 9.759 quotas pertencentes à Corretora de Seguros Sicredi Ltda.

b) Destinação de lucros acumulados

O contrato social prevê a distribuição dos resultados entre os sócios proporcionalmente às suas quotas do capital social. Na reunião da Diretoria realizada em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 no valor de R\$ 6 (2020 – R\$ 11) para reserva de lucros.

NOTA 09 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Rendas de aluguéis	3.988	4.169
Empresas ligadas	3.664	3.823
Outras empresas	324	346
Tributos sobre as rendas de aluguéis	(98)	(128)
Total	3.890	4.041

NOTA 10 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços contábeis e tributários	17	17
Máquinas e equipamentos	1	8
Despesas com material em geral	-	54
Outros serviços especializados	7	54
Construção e reparos	7	130
Material de informática	2	-
Despesa de processamento de dados	8	8
Condomínio	9	24
Despesa de transporte	-	3
Serviço de terceiros	107	143
Resarcimento de despesas - projeto de sustentabilidade	-	48
Despesas com taxas de cartório	1	5
Despesa com seguro	14	-
Outras despesas	7	23
Total	180	517

O ressarcimento de despesas - projeto de sustentabilidade refere-se ao projeto de neutralização de emissão de gases do efeito estufa.

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As provisões para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e para imposto de renda (IR) foram constituídas pela aplicação das alíquotas vigentes de 9% e 15% (acrescido de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240), respectivamente, sobre o lucro tributável, ajustado por diferenças temporárias realizadas durante os exercícios, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL	2021	2020
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro	37	29
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(13)	(7)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Outros líquidos/adicional IR	(17)	(5)
Outras adições/exclusões	(1)	(6)
Subtotal	(18)	(11)
Temporárias		
Depreciação	28	23
Reversão (Provisão) de PPR	3	(5)
Subtotal	31	18
IRPJ/CSLL diferidos	(31)	(18)
Tributos no resultado	(31)	(18)
Alíquota efetiva	83%	62%

Os saldos de tributos diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social vigentes, apresenta-se como segue:

	2021	2020
Diferenças temporárias		
Provisões para PPR e bônus	(10)	14
Diferença de depreciação	(82)	(68)
Total geral	(92)	(54)

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores dos ativos e passivos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2021:

Ano	2021	2020
2021	-	(54)
2022	(92)	-
Total geral	(92)	(54)

Não existem créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Movimentação no período	Diferido ativo		Diferido passivo	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	66	61	(672)	(649)
Tributos diferidos constituídos	67	66	958	914
Tributos diferidos realizados	(71)	(61)	(886)	(927)
Saldo no final do exercício	62	66	(699)	(672)

NOTA 12 – SALDOS DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos em conta corrente e certificados de depósitos bancários junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., efetuados a taxas e condições normais de mercado.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pela Administradora de Bens com as entidades do Sicredi:

	2021	2020
Ativo		
Conta corrente (Nota 4)	22	265
Aluguéis a receber	326	339
Receita		
Rendas de títulos de renda fixa	15	6

As receitas de aluguéis pelas empresas ligadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 3.664 (2020 - R\$ 3.823). Conforme demonstrado abaixo:

Aluguéis com empresas ligadas	2021	2020
Confederação Sicredi	2.686	2.861
Sicredi União Metropolitana RS	219	223
Banco Cooperativo Sicredi	519	562
Administradora De Consórcios Sicredi	24	24
Corretora de Seguros Sicredi	11	11
Fundação Sicredi	146	76
Sicredi Cartões	-	7
Sicredi Participações	59	59
Total	3.664	3.823

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

Benefícios de curto prazo aos administradores

	2021	2020
Proventos	571	515
Participação no resultado	172	163
Contribuição ao INSS/FGTS	46	40
Total	790	718

Benefícios pós-emprego

	2021	2020
Plano de previdência complementar de contribuição definida	27	24
Total	27	24

NOTA 13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Instituição mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.